

UNIVERZITA PALACKÉHO V OLOMOUCI

FILOZOFICKÁ FAKULTA

Katedra romanistiky – portugalská sekcia

**RAZÕES DA ECLOSÃO DA REVOLUÇÃO DOS CRAVOS NO
DIA 25 DE ABRIL DE 1974**

BAKALÁRSKA PRÁCA

Juliána Zmetáková

Vedúci práce :

Mgr. Petra Svobodová, PhD.

Olomouc 2013

Čestné prehlásenie

Prehlasujem, že som bakalársku prácu spracovala samostatne a uviedla všetky použité zdroje.

Olomouc, 26.6.2013

.....

podpis

Pod'akovanie

V prvom rade by som chcela poďakovať Mgr. Petre Svobodovej, PhD. za pomoc a podporu počas písania bakalárskej práce a za hodiny portugalských dejín, ktoré vo mne vzbudili záujem o túto oblasť a podnietili ma k napísaniu práce na danú tému.

Takisto by som chcela poďakovať celému kolektívu portugalskej sekcie Katedry romanistiky za odborné rady, ľudský prístup a inšpiráciu počas celého môjho štúdia.

Índice

Introdução.....	5
1. O descontentamento na sociedade.....	7
1.1 O regime de Salazar e a sua inactualização nos anos 60.....	7
1.2 O Marcelismo.....	9
1.3 Problemas financeiros.....	10
1.3.1 Os interesses dos grupos monopolistas.....	12
1.4 Falta dos homens.....	12
1.5 Descontentamento nas Universidades.....	13
1.6 A (o)posição da Igreja.....	15
1.7 Oposição socio-política.....	17
1.7.1 Oposição política.....	17
1.7.2 Atitude dos sindicatos.....	19
1.7.3 Reforço da classe média e da imprensa.....	20
2. Situação insustentável nas colónias.....	22
2.1 Sistema colonial injusto.....	22
2.2 Descolonização como tendência geral.....	24
2.3 A impossibilidade de sustentar a guerra.....	26
2.3.1 Falta dos meios efectivos.....	26
2.3.2 Falta de estratégia.....	27
2.4 Situação nas colónias concretas.....	28
2.4.1 Angola.....	28
2.4.2 Moçambique.....	29
2.4.3 Guiné-Bissau, Cabo Verde e outras colónias.....	30
3. Divisão no seio das Forças Armadas e o Movimento dos Capitães como a sua consequência.....	32
3.1 Os «spinolistas».....	32
3.2 A extrema-direita.....	33
3.3 O Movimento dos Capitães.....	34
3.3.1 A origem dos capitães.....	34
3.3.2 Decretos-leis 353/73 e 409/73.....	35
3.3.3 Reuniões dos capitães – desde Évora até Cascais.....	36
3.3.4 A «brigada do reumático» e a intentona de Caldas de Rainha.....	37
Conclusão.....	39
Summary.....	41
Zhrnutie.....	42
Anotácia.....	43
Bibliografia.....	44

Introdução

A Revolução dos Cravos foi o acontecimento que teve uma influência crucial na evolução de Portugal como país moderno e democrático da Europa ocidental. Podemos dizer que foi o momento chave da história moderna do país, que o libertou do jugo da ditadura e ofereceu uma possibilidade de instaurar um regime político mais justo e assim iniciar o seu desenvolvimento num ambiente democrático, pluralista e livre.

O facto que a sociedade exausta do regime autoritário revoltou-se e deixou ouvir a sua voz cheia de descontentamento, podemos percebê-lo como o decorrer natural dos acontecimentos e a saída inevitável da situação. Porém, se olharmos de mais perto, apercebemo-nos de que o golpe de estado não surgiu de si mesmo, sem razões prévias. Houve múltiplos factores que conduziram até ao dia 25 de Abril e uma revolução bem-sucedida.

Podemos perguntar quais foram as razões que deixaram surgir este golpe de estado, porque ele chegou naquela época determinada, nem mais cedo, nem mais tarde. Podemos perguntar porque foi no meio militar, nas Forças Armadas, outrora pilares sólidos do regime, que começou a formar-se o grupo dos revoltosos que depois acabou com o Estado Novo.

Neste trabalho tentaremos decifrar os factores e as razões que conduziram à eclosão desta revolução, ao derrobar do regime que teve o país sob seu controlo durante dezenas de anos, tentaremos descobrir porque foi naquele momento determinado, no ano 1974 que Portugal conseguiu libertar-se do domínio do governo autoritário.

Primeiro, tentaremos esclarecer qual era a situação na sociedade portuguesa na época anterior à revolução, destacando tudo o que segundo nós teve uma influência importante no aparecimento dos grupos de resistência e do conseqüente golpe de estado, e todos os factores que favorizavam a mudança do regime.

A seguir, falaremos da situação nas colónias e da guerra colonial, para a qual se orientava uma atenção particular dos políticos e igualmente do povo português, e que era a questão fundamental da época. Concentraremos a nossa atenção aos problemas que as forças portuguesas tiveram que enfrentar nesta guerra e também esclareceremos a situação nas colónias determinadas.

Depois nos interessaremos na questão do surgimento dos diversos movimentos ao seio das Forças Armadas como consequência do descontentamento e da tensão dentro da instituição militar. Interessaremos-nos especialmente no Movimento dos Capitães e nas razões porque, como e quando esta ideia nasceu e como se difundia entre os militares. Este

movimento foi a base da revolução, planejou-a, preparou-a, realizou-a, e por tudo isso é de alta importância para a história e merece uma atenção especial no nosso trabalho.

Em consequência, ligaremos todos estes pontos para destacarmos os factores determinantes da eclosão da Revolução dos Cravos, que constitui uma fronteira entre Portugal moderno, mas espiritualmente antigo, e Portugal democrático, podemos dizer «renascido», onde tinha ganho a vontade pela liberdade.

1. O descontamento na sociedade

1.1 O regime de Salazar e a sua inactualização nos anos 60

O século XX foi um dos mais agitados na história de Portugal. O surgimento da república em 1910¹ não tranquilizou nem de longe a situação no país, caracterizada então pela intranquilidade e tentativas de atentados aos altos representantes da recém-formada república². Aspirações a um novo golpe de estado não eram nada excepcional, greves foram frequentes, em breve, a nova república portuguesa foi na época tudo menos tranquila e organizada. A situação piorou ainda mais com a Primeira guerra mundial que perturbou a situação e as relações entre os países da comunidade mundial.

No dia 28 de Maio de 1926 teve lugar o golpe de estado que iniciou a época da ditadura militar em Portugal. Esta manteve-se até ao ano 1933 quando deixou lugar ao Estado Novo, o regime autoritário de António Oliveira Salazar. Podemos dizer que era «a época de ouro» dos regimes autoritários que naquela altura da grande crise económica³ e da exacerbação das paixões nacionalistas tomaram posse de vários países europeus (Alemanha de Hitler, Itália de Mussolini ou Espanha de Franco) e que conduziram até à eclosão da Grande Guerra mundial.

A figura principal do Estado Novo português foi o já mencionado António de Oliveira Salazar. Foi uma personalidade forte em torno da qual girava todo o sistema e uma personalidade que sabia o que fazer e como atingi-lo.⁴ Tornando-se Ministro das finanças em 1928, logo obteve competências especiais. Foi a sua condição para aceitar a liderança da pasta de finanças, tentar de estabilizar o orçamento do estado e encontrar a maneira de baixar o défice que começava a estar alarmante. É preciso admitir que a sua reforma financeira foi muito bem-sucedida, chamada «milagre económico». Salazar equilibrou o orçamento, estabilizou a moeda e por isso tornava-se cada vez mais popular.

Desde 1932 ocupou o cargo do presidente do Conselho de ministros, escolhendo ao governo não militares, mas sim pessoas do ambiente universitário, segundo o modelo de ele – próprio.

¹ Portugal foi uma das primeiras repúblicas modernas na Europa, formando-se no dia 5 de Outubro 1910 e existindo até aos nossos dias.

² O atentado ao 4º presidente Sidónio Pais no dia 14 de Dezembro de 1918 ou o assassinato do primeiro ministro António Granjo em 1921.

³ Crise financeira internacional dos anos 1929-1931.

⁴ «Sei muito bem o que quero e para onde vou.» Citado de José Hermano Saraiva, *História concisa de Portugal* (Publicações Europa – América, 2007), p. 357.

O ano 1933 é considerado como o início do Estado Novo. Neste ano foi lançado o projecto da nova constituição, a seguir aprovado no plebiscito.⁵ A Constituição de 1933 constituiu uma base sólida e imutável na qual o regime se apoiava. Salazar, chefe do governo, ficou acima dos três poderes (legislativo, executivo e judiciário) tornando-se o assim chamado poder moderador e apoderando-se de todas as competências importantes. O cargo do presidente⁶ foi meramente representativo, tomando Salazar todas as decisões. A nova constituição foi abertamente orientada contra o parlamentarismo, pluralidade de opiniões e contra democracia, concentrando o poder nas mãos do único homem.

Portugal ficou quarenta e quatro anos sob o controlo da ditadura do estado salazarista. No início, podia parecer que Salazar, um ecónomo capaz, traria uma certa estabilidade ao país. Porém, as suas visões políticas, ideológicas, económicas e sociais não foram sustentáveis. Salazar liderou o Estado como se tivesse ficado nos anos 30 ou 40 e não admitia quaisquer adaptações à nova situação do mundo, e foi esta atitude que se tornou o início do fim do seu regime.

O povo português tornava-se cada vez mais descontente com a falta de liberdade e de condições de vida adequadas, e cada vez mais impaciente e ansioso pela mudança do regime político e pela instauração da democracia que garantisse os seus direitos e liberdades fundamentais, visto que o regime não era capaz de evolução e de adaptação à nova situação no mundo, às necessidades do seu povo. Outro problema além dos acima mencionados foi a insistência na indivisibilidade da pátria. Porém, na época os moldes de colonialismo foram de longe ultrapassados.

Em breve, nos anos 70 o Estado Novo caracterizado pelo alto grau de conservadorismo não podia mais responder às necessidades da sociedade que evoluiu desde a instauração deste regime. O que funcionou antes foi ultrapassado. Por isso, a inactualização do regime que se sentia em toda a sociedade foi uma das razões principais que conduziu até à eclosão do golpe de estado.

⁵ Segundo o *Diário de Notícias* de 23.3.1933, 5505 eleitores votaram «não», 580 379 votaram «sim» e 427 686 não votaram. José Hermano Saraiva, *História concisa de Portugal* (Publicações Europa – América, 2007), p. 357.

⁶ O general Carmona foi presidente da república entre 1928 até 1951.

1.2 O Marcelismo

Quando em 1968 Salazar viu-se obrigado a abandonar a vida política devido à doença, o regime até então personificado na sua forte personalidade teve que enfrentar série de inquietações e problemas. Afinal foi Marcello Caetano quem foi escolhido para ocupar o cargo do chefe de estado depois de Salazar. Foi um grande desafio para Caetano decerto.

O seu governo pode ser dividido em duas fases.⁷ A primeira foi caracterizada como «evolução na continuidade». Foi a época quando ele se esforçou, pelo menos aparentemente, para fazer algumas mudanças do sistema imposto por Salazar. A censura foi atenuada, emigrantes políticos como líder do PS Mário Soares e o bispo do Porto António Ferreira Gomes puderam regressar à pátria, a União nacional admitiu novos membros e rejuvenesceu.

Em 1969 tiveram lugar eleições legislativas. Foi um fracasso e a oposição chamou-as de farsa. A oposição podia existir oficialmente durante algum tempo para poder participar nas eleições e assim credibilizá-las perante a população e sobretudo perante outros países. Não obstante, com meros 15% dos cidadãos podendo participar e devido à desigualdade das condições que tiveram a União nacional e a oposição democrática, a primeira ganhou completamente. Estas eleições só causaram maior intranquilidade entre os partidos da oposição.

A segunda fase pode ser chamada «continuidade sem evolução». Trata-se do período entre 1970 – 1974. Caetano viu que a sua política não podia satisfazer as duas tendências entre as quais oscilava. A primeira foi a integralista da extrema-direita, ultra-salazarista e radical, e a outra autonomista da oposição de esquerda, entre a qual PS e PCP. Portanto, vendo que o caminho que ele escolheu não era viável, decidiu ir pelo caminho de repressões. A legislação endureceu de novo quanto à censura e aos sindicatos.

O projecto da revisão constitucional foi lançado em 1972. Não agradou nem à esquerda nem à direita. Dum lado, não trazia praticamente nenhuma inovação, só mudanças de aparência. As colónias transformaram-se em regiões autónomas, mas a situação do ultramar quase não mudou, por isso os autonomistas não ficaram contentes. De outro lado, os radicais integralistas ficaram alarmados pela mudança do estatuto das regiões de ultramar e aperceberam-se do perigo da liberalização excessiva de actos de Caetano. Além disso, como afirmou o ex-ministro do Ultramar, Adriano Moreira, «a reforma constitucional de 1972, ao revogar o título VII da Constituição referido às províncias ultramarinas, onde se definia o

⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 22-31.

conceito estratégico nacional, deixou um exército de mais de cem mil homens a combater sem saber para quê, porque os objectivos estratégicos nacionais foram alterados sem se formular outros. E as forças contrárias encontraram daí a maior passividade, e foram desenvolvendo as teses que são conhecidas, até derrubarem o regime em 1974.»⁸

Como dissemos, Caetano teve que enfrentar a crítica da oposição, primeiro cheia de esperanças de mudança e a seguir fortemente decepcionada. Ao mesmo tempo teve que estar atento perante a crítica da parte das suas fileiras. A reeleição do presidente Thomaz⁹ reforçou a ala dos salazaristas radicais, que não admitiam quaisquer mudanças e apontavam para a fraqueza e incerteza do Caetano em relação à forte personalidade de Salazar.

Assim podemos concluir que sob o governo de Caetano o regime sofreu visível enfraquecimento, perdendo a sua personalidade forte com a qual perdeu também uma linha política claramente definida. Para o regime assim enfraquecido foi impossível de vencer o levantamento dos militares que se seguiu em 1974.

1.3 Problemas financeiros

A estagnação e o carácter fossilizado do regime reflectiram-se igualmente na esfera das finanças e da economia.

Salazar, professor da economia política foi um economista capaz e foi graças às suas capacidades económicas que ele conseguiu o lugar privilegiado e as competências especiais no governo da ditadura militar. Foi ele quem consolidou a país da depressão causada pela instabilidade das primeiras décadas do século vinte. Reorganizou a economia do país, estabilizou o escudo, fez a reforma de administração.¹⁰

Além disso, elaborou «planos de fomento»¹¹ que foram impulso e guia para o desenvolvimento económico. Construíram-se estradas e infra-estruturas, foram feitos planos de financiamento, mas os planos de fomento ao mesmo tempo construíram um espaço de

⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 27-28, da entrevista com o professor Adriano Moreira, Lisboa, 14 de Abril de 1986.

⁹ Américo Thomaz foi presidente da república desde 1958 até a Revolução em 1974. Klíma, Jan, *Dějiny Portugalska* (Nakladatelství Lidové Noviny, Praha, 2007), p.544.

¹⁰ Salazar desempenhou a cargo do Ministro das Finanças entre 1926 e 1940.

¹¹ O 1º plano de fomento (1953 – 1958) foi focado na construção de infra-estruturas. O 2º plano de fomento (1959 – 1964) tem como prioridade a estratégia de investimento, com base na iniciativa privada. O plano intercalar (1965- 1966), depois o 3º plano de fomento (1967 – 1973) que define a necessidade da promoção da exportação, e afinal o 4º plano de fomento que teve apenas um ano de execução. (<http://economiaportuguesa.blogspot.sk/2006/11/os-planos-de-fomento.html>) Consult. 4.2.2013

discussão onde se falava dos problemas importantes como o negativo efeito económico da guerra colonial.¹²

A Grande Guerra mundial paradoxalmente estimulou a economia portuguesa, visto que Portugal conservou a neutralidade e exportava matérias-primas (especialmente volfrâmio) e outros produtos a ambos os blocos beligerantes.¹³

Não obstante, verificou-se o atraso crescente campo-cidade ligado à estagnação da produção agrícola. «Durante os anos de 1956 e 1971 o produto agrícola subiu de 16 para 18 milhões de contos, ao passo que o produto industrial galgou de 19 para 64 milhões».¹⁴ A agricultura encontrava-se muito atrasada em relação aos outros países europeus de ponto de vista das tecnologias e da qualificação da mão-de-obra. Ao contrário a indústria ia desenvolvendo-se rapidamente, principalmente a química (entre 1958 e 1966 cresceu de 9,7%) e a metalurgia (no mesmo período verificou-se o crescimento de 15,5%).¹⁵ Ao mesmo tempo, funcionava com muito maior eficácia do que o sector primário. Os 34% empregados na indústria produziram 46,4% do produto nacional, os 31% que trabalhavam na agricultura produziam apenas 19%. 1963 foi o ano chave quando o sector primário foi ultrapassado pelo secundário.

O crescimento económico pode parecer paradoxal na altura da guerra colonial. O PIB per capita subiu dos 159 escudos em 1940 até aos 312 escudos em 1960¹⁶. O crescimento foi devido à assinatura do acordo EFTA¹⁷ que abriu a Portugal novos mercados europeus, mais exigentes, e ao influxo do dinheiro ganho em moedas estrangeiras pelos emigrantes portugueses.¹⁸ A década de 60 podia ter sido a melhor época dentro dos últimos dois séculos quanto ao crescimento da economia, mas o nível de vida era muito baixo ao compararmos com outros países europeus. Isto foi causado pela manutenção artificial do custo da vida e dos salários no nível relativamente baixo, pelos preços baixos no sector primário e pela importação de matérias-primas baratas das Colónias.

¹² Alfredo de Sousa, *Os anos 60 da nossa economia, Análise social* (vol. XXX, 1995).

¹³ José Hermano Saraiva, *História concisa de Portugal* (Publicações Europa – América, 2007), p.360.

¹⁴ Idem, p.361-362.

¹⁵ Idem, p.361.

Lains, Pedro, *O estado e a industrialização em Portugal, 1945 – 1990. Análise social* (1994).

¹⁶ A.H. de Oliveira Marques, , *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade* (Lisboa, Universidade Aberta, 1993).

¹⁷«Organização europeia fundada em 1960 pelo Reino Unido, Portugal, Áustria, Dinamarca, Noruega, Suécia e Suíça, países que não tinham aderido à Comunidade Económica Europeia (CEE). Estes estados decidiram juntar-se para defender os seus interesses económicos através da criação de uma área de comércio livre.» *EFTA*. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Consult. 6.2.2013.

¹⁸ Alfredo de Sousa, *Os anos 60 da nossa economia, Análise social* (vol. XXX, 1995).

O início do conflito no Ultramar tinha influenciado o aparente crescimento no continente. As despesas de guerra chegaram a consumir 40% do orçamento¹⁹, a inflação crescente²⁰ e daí resultante subida de custos de vida inquietavam a população. Por isso os portugueses ficavam cada vez mais descontentes e intensificava-se o desejo de acabar com as limitações do regime e com fardo da guerra colonial. O povo não queria mais financiar uma guerra nos territórios longínquos à custa do nível de vida na Metrópole e desejava uma mudança do regime que solucionasse este problema.

1.3.1 Os interesses dos grupos monopolistas

No campo da economia, a atitude dos grupos monopolistas teve grande peso. Na altura da guerra colonial foi estritamente ligada aos seus interesses nas colónias. Mesmo que no início a guerra tivesse sido favorável para eles graças à autorização da entrada do capital estrangeiro e à edificação das infra-estruturas no Ultramar (necessárias para a deslocação das forças armadas), ao longo prazo revelou-se economicamente desvantajosa para eles e por isso desejaram acabar com ela²¹ e para isso foi necessária a mudança do regime em Portugal.

1.4 Falta dos homens

Além dos problemas económicos, na altura Portugal enfrenta também uma crise populacional. Para um país com 9 milhões de habitantes na época foi difícil sustentar em termos de recursos humanos uma guerra nos territórios imensos espalhados desde a África até a Ásia. 250 mil homens estavam na guerra, onde foram obrigados ficar três anos em média. Foram precisamente os jovens, casadoiros, a mão-de-obra mais produtiva.

Outra razão da diminuição da população foi decerto a emigração, quer legal, quer ilegal. Entre a década de 60 e de 70 cresceu imenso, dos 35 000 aos 173 000 emigrantes portugueses. As destinações preferidas foram o Brasil, os Estados Unidos, o Canadá ou os países da Europa, sobretudo França e Alemanha. Muitas pessoas decidiram emigrar das regiões rurais atrasadas por causa da impossibilidade de sustentar-se a si e a família nas suas terras, por causa dos salários baixíssimos em relação a outros países, e houve também quem emigrou por razões políticas e quem desertou ou fugiu perante a ameaça da mobilização.

¹⁹ Alfredo de Sousa, *Os anos 60 da nossa economia, Análise social* (vol. XXX, 1995).

²⁰ A inflação cresceu de 2,5% em 1960 até 12,5% em 1973. Wery, Max, *E Assim Murcharam Os Cravos* (Editorial Fragmentos).

²¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 18-19.

Estes homens faziam falta em Portugal continental e o número reduzido deles reflectiu-se na falta da mão-de-obra e em consequente em muitas terras abandonadas. Registou-se a diminuição da população, que estava em grande crescimento desde 1930, e que subitamente baixou de mais que 200 mil habitantes entre 1960 e 1970.²² A taxa de natalidade, tradicionalmente alta em Portugal, começou a descer²³. Daí resultou o envelhecimento da população. A família tradicional começava a desagregar-se devido à ausência dos homens que emigraram ou estavam a combater na guerra, razão pela qual as mulheres viram-se obrigadas a trabalhar e cuidar de toda a família.²⁴

Praticamente todas as famílias foram afectadas pela ausência dos homens e assim criou-se a tensão na sociedade ligada aos problemas económicos e existenciais e à grande pressão exercida sobre as pessoas que ficaram na pátria. Em consequência, compreende-se a vontade destes por uma mudança do sistema que lhes causava estes problemas.

1.5 Descontentamento nas Universidades

No sector estudantil, o descontentamento e a agitação costumavam ser sempre maiores do que no resto da população, devido ao facto que nas universidades, sobretudo nas de Coimbra, de Lisboa e do Porto regroupava-se a elite intelectual.²⁵

Do outro lado, nas primeiras décadas do regime de Salazar, este podia contar com grande apoio no mundo universitário, porque sendo professor da economia política tinha lá colegas e estudantes. Igualmente o maior grupo de apoiantes de Marcello Caetano, professor de direito, constituiu-se entre os seus antigos estudantes.

Não obstante, nos anos 60 eclodiu plenamente a crise académica. É importante mencionar que havia levantamentos estudantis desde o início do Estado Novo²⁶. Os estudantes descontentes foram agrupados essencialmente em três tendências – a de esquerda ao torno do PCP, a de direita académica e a tendência católica das JUC (Juventudes Universitárias

²² O número dos habitantes diminuiu dos 8 889 392 aos 8 668 267 durante a década referida. Oliveira Marques, A.H. de, *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade*. (Lisboa: Universidade Aberta, 1993), p.255-257.

²³ As mulheres tinham menos filhos e começavam a tê-los na idade mais alta. O número médio de filhos por mulher baixou de 3,75 entre 1930-1934 até 3,06 no período de 1986-1972, quer dizer quase de um quarto. Barata, Óscar Soares, *Demografia e evolução social em Portugal. Análise social* (vol.XXXI, 1985).

²⁴ Sousa, Alfredo de, *Os anos 60 da nossa economia, Análise social* (vol. XXX, 1995)

²⁵ *Crises Académicas nos Anos 60*.

In Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Consult. em 5.2.2013.

Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 52-53.

²⁶ Precisamente nos anos 1928, 1931, 1945 com a participação do Salgado Zenha (grande opositor e depois político destacado).

Católicas). As repressões do regime para com os universitários aumentaram ao ponto de sair um decreto-lei²⁷ em 1956 que reduzia a autonomia das associações académicas, o feito que foi percebido como grande intervenção contra o carácter independente do mundo universitário.

O ano mais crítico foi o de 1962 quando o governo proibiu as comemorações do Dia do Estudante sob o pretexto de os órgãos oficiais não terem sido informados sobre o evento e portanto este não ter sido autorizado. É claro que o governo apenas precisou do pretexto qualquer para evitar uma associação massiva dos estudantes que pudesse passar às manifestações contra-regime. Seguiram-se protestos, manifestações, luto académico, ocupação da cantina na Cidade Universitária em Lisboa. Caetano, então reitor da Universidade Clássica de Lisboa pôs a demissão em protesto contra os acontecimentos. O regime reagiu com intervenções repressivas da polícia de choque e da PIDE, a sede da Associação Académica de Coimbra foi assaltada, vários professores despedidos e muitos estudantes presos ou forçados de entrar nas Forças Armadas. Seguiram-se novas prisões dos líderes estudantis, ocupações violentas das associações académicas, greves às aulas da parte dos estudantes que resultaram no encerramento temporário da Universidade de Coimbra, encerramento de quase totalidade das associações académicas e na implantação da polícia especial nos recintos universitários (assim chamadas «gorilas»).

No entanto, nas Universidades registaram-se também os grupos revolucionários que apoiaram o regime. A tradição nacionalista foi presente no meio universitário desde o pós-guerra, sobretudo em Coimbra. A primeira geração dos radicais reunida em torno do periódico *Mensagem* foi fortemente influenciada pelo fascismo ortodoxo. Nos anos 60 os estudantes radicais regrouparam-se em volta do Ruy Alvim que se tornou presidente de Associação Académica de Coimbra (AAC). Não obstante, os estudantes direitistas radicais, mesmo que apoiados pelo governo por serem oposição aos sectores estudantis esquerdistas, se viram marginalizados por estes últimos cujo apoio nas Universidades foi muito maior.

No outro lado, os movimentos radicais nunca desapareceram completamente. Ao mesmo tempo que as fracções de direita conformes ao regime foram bastante apáticas, as radicais manifestavam-se visivelmente. Não eram completamente pro-regime, desejavam uma maior radicalização deste e melhor defesa do Império. Também queriam que as Universidades assumissem o papel de formação dos futuros patriotas.²⁸ Estes grupos foram de natureza assaz militante e manifestaram-se sobretudo nos períodos de mobilização da oposição de esquerda,

²⁷ Decreto-lei nº 40 900 de 12 de Dezembro de 1956.

²⁸ Entre estas organizações revolucionárias podemos mencionar o grupo em torno do periódico *Combate*; o Movimento Jovem Portugal, activo em Coimbra, Lisboa e no Porto; o Orfeon Académico da Universidade de Coimbra; a Oficina de Teatro da Universidade de Coimbra e a Cooperativa Livreira Cidadela, fundada em 1970.

reagindo contra ela. Em total, a acção deles revelou-se bastante marginalizada e a da esquerda teve papel mais importante.²⁹

Enfim, não é difícil imaginar como a perda de autonomia e de liberdade académicas escandalizou os estudantes. Apesar de usar precauções e repressões violentas, o regime não conseguiu eliminar a agitação no meio universitário que, fortemente virado à esquerda, desejava ainda mais acabar com o regime.

1.6 A (o)posição da Igreja

Portugal é desde a sua criação muito estreitamente ligado com a Igreja. Também por isso desde o início do Estado Novo a Igreja católica foi um dos seus pilares mais fortes. O facto que não surpreende, visto que a ideologia do regime buscou as suas bases no catolicismo. O lema do regime foi «Deus, Pátria, Família» e de facto toda a vida foi orientada à nação, à Igreja católica e ao conceito da família tradicional. Na constituição de 1933, o catolicismo foi considerado «a religião da nação portuguesa»³⁰ e as relações com o Vaticano melhoraram visivelmente depois das hostilidades entre a Santa Sé e Portugal nos primeiros anos da República, o que se refletiu na assinatura da Concordata de 1940 e de Acordos Missionários. Apesar da separação do Estado e da Igreja, esta beneficiava de muitos privilégios (próprias escolas, missões no ultramar) e da protecção da parte do estado.

A Igreja, sobretudo a sua alta hierarquia (o cardeal Cerejeira, amigo pessoal do Salazar por exemplo), retornava este apoio pela colaboração, pelas justificações dos feitos do regime que muitas vezes foram até contrários à doutrina cristã. Nas Colónias, converteram os indígenas das províncias ultramarinas e incitaram-nos ao apoio ao regime.

Porém, houve excepções e muitos opuseram-se ao regime, sobretudo jovens e estudantes universitários, mas também membros do clero como por exemplo o bispo do Porto António Ferreira Gomes que foi obrigado a retirar-se ao exílio. Pouco a pouco, a oposição dentro da Igreja reforçava-se. Os que se opuseram ao regime não contestavam apenas a guerra colonial, mas também a falta do respeito para com os direitos fundamentais baseados na doutrina cristã. Condenavam o totalitarismo, as eleições intransparentes, a falta da livre expressão das

²⁹ Riccardo Marchi, *A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974). Análise social*, vol.XLIII, (2008).

³⁰ Manuel Gonçalves Martins, *O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974)*, IV Congresso português de sociologia.

opiniões políticas diferentes às pro-regime e queixavam-se da pouca liberdade que tiveram na actividade docente.³¹

A Conferência Episcopal de Kampala do Julho de 1969 presidida pelo próprio papa Paulo VI condenou a política colonial dos portugueses e em Setembro do mesmo ano a Conferência Episcopal portuguesa proclamou que a Igreja deveria ficar independente em relação à política.

São igualmente conhecidos os incidentes na ocasião da celebração do Dia mundial da Paz em 1969 na igreja de S. Domingos em Lisboa onde foi pronunciado o discurso contra guerras coloniais, e os acontecimentos em 1972 na capela do Rato acompanhados pela greve de fome e acabados pela intervenção brutal da polícia e pelas várias prisões.

Quanto às colónias, ali muitos missionários perceberam rapidamente que a política colonial é insustentável e passaram ao lado dos indígenas ou até ao seio dos grupos de resistência, como foi o exemplo do P. Joaquim Pinto de Andrade em Angôla ou dos «padres brancos»³² que em protesto abandonaram suas missões em Moçambique.

Outro papel importante dos missionários foi o denunciamento dos crimes cometidos pelo exército português. D. Manuel Vieira Pinto³³ e o Padre Hastings³⁴, entre outros, denunciaram os massacres atroces nos indígenas, infelizmente muito frequentes na altura da guerra colonial.

A opinião dos padres foi em muito decisiva e foi um modelo sobretudo para as populações simples, por isso quando a parte do clero começou a pronunciar-se contra o regime, estas pessoas tomaram coragem a fazer e pensar o mesmo.

A posição da Igreja católica no Estado novo foi com certeza muito especial e é interessante como a Igreja tornou-se um dos factores que contribuíram ao derrubamento do regime totalitário. Foi sobretudo a pressão da parte da Igreja no nível internacional, ligada à sua presença nas Colónias portuguesas, que enfraquecia o regime e discreditava-o nos olhos dos crentes, mas também nos olhos dos outros países devido à posição forte da Igreja no mundo daquela época.

³¹ Pe Abel Varzim e outros, *As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos, Documento divulgado em Fevereiro de 1959.*

http://www.forumavarzim.org.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=108:igrejaestadoliberalidade&catid=38:preservar-a-memoria&Itemid=100015

³² Trinta e três sacerdotes e sete irmãos leigos, das Dioceses da Beira e de Tete. (http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e076e076e701_1.PDF), consult. em 5.2.2013.

³³ Massacres em Mukumbura e Buxo em 1971 e os de Wiriyamu em 1972.

Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 51.

³⁴ Em 1973 Andrew Hastings denunciou para o jornal Times os massacres cometidos pelos portugueses em Moçambique (Wiriyamu).

(http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4527/1/LS_S2_19-20_PedroAOliveira.pdf)

1.7 Oposição socio-política

1.7.1 Oposição política

Embora o Estado novo fosse unipartidário da sua essência, os partidos políticos de oposição nunca deixaram de existir ao longo do regime e desempenharam a tarefa da contestação e crítica deste, embora na maioria clandestinamente. A existência de outros partidos além da União nacional foi permitida só no curto período de eleições para legitimá-las interna e externamente. Foi o caso das eleições legislativas³⁵ e também das presidenciais³⁶ até 1958, depois desta data o presidente chegou a ser eleito por uma comissão eleitoral.

As eleições de 1958 causaram grande agitação. Humberto Delgado, «o general sem medo», foi o candidato da oposição e mesmo que não haja provas, era mais que provável que ele vencesse estas eleições se o governo não as tivesse manipulado a favor do candidato salazarista Américo Thomáz. Delgado teve grande apoio e popularidade entre a gente. O público ficou escandalizado com o resultado das eleições fraudulentas e ainda mais quando Delgado foi assassinado pela PIDE em 1965. Estes acontecimentos indignaram grande parte da população e só contribuíram ao clima de intranquilidade que se ia aumentando.

Quanto aos partidos políticos, o tradicional partido oposicionista activo ao longo de toda a época do Estado Novo foi o Partido Comunista Português (PCP) que teve pela figura central o Álvaro Cunhal. Porém, a influência política do PCP foi bastante reduzida antes do 25 de Abril devido à sua fragilidade e intervenções descontínuas e descoordenadas. Dentro do partido existiam muitas divergências nas opiniões. Houve por exemplo fações maoístas e marxistas-leninistas que se separaram do PCP³⁷. Depois de subida ao poder do Caetano, havia os que desejavam a luta intensificada e os que queriam aproveitar da sua relativa tolerância. Além disso muitos partidários foram presos ou emigraram. Tudo isso só enfraquecia o partido.

Em 1967 começaram em Portugal continental as acções armadas. A partir do PCP formaram-se duas organizações armadas, a Acção Revolucionária Armada (ARA) e as Brigadas Revolucionárias (BR). Além destas existia outra organização armada, a LUAR, que

³⁵ Eleições legislativas sob a ditadura do Estado novo tiveram lugar em 1934, 1938, 1942, 1945, 1949, 1953, 1957, 1961, 1965, 1969 e 1973.

³⁶ Datas das eleições presidenciais e os vencedores: 1935, 1942, 1948 – general Óscar Carmona; 1951 – general Craveiro Lopes; 1958, 1965, 1972 – almirante Américo Thomáz.

³⁷ Em 1969 – os Comités Comunistas Revolucionários Marxistas-Leninistas; em 1972 a Unidade Revolucionária Marxista-Leninista ou em 1973 – a Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa. Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 43.

não foi ligada ao PCP. Das três mencionadas, as BR operaram com maior êxito e eficácia, o que pode ser explicado pela selecção minuciosa de militantes graças a qual se protegeram contra a infiltração dos polícias nas suas fileiras. Entre as suas acções mais importantes contam a sabotagem da base da NATO de Pinhal do Arneiro em 1971, e no ano seguinte o assalto da sede dos Serviços Cartográficos do Exército, obtendo mapas que em seguida ofereceram aos movimentos africanos de libertação.³⁸

Os socialistas regrouparam-se em 1964 na Acção socialista portuguesa (ASP) do Mário Soares. Este partido é a continuação dos vários partidos socialistas anteriores que geralmente foram de bastante curta duração. Distanciaram-se claramente dos comunistas e queriam seguir o caminho do socialismo democrático europeu, assim aderiram à Internacional Socialista e um ano depois transformaram-se no Partido socialista português (PS) que existe até aos nossos dias.

Apesar de terem ideais diferentes, após o fracasso das eleições em 1969 quando concorreram às urnas separadamente, os socialistas e o PCP perceberam que têm que agir em colaboração visto que tiveram o inimigo comum – o regime. Por isso ainda no mesmo ano formaram o Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE) sob a forma do qual participaram nas eleições legislativas. Ou seja, não participaram, só aproveitaram do tempo da campanha que lhes foi acordado para poderem difundir as suas ideias com maior liberdade do que normalmente, e depois desistiram da candidatura para não legitimarem os escrutínios.

Além destes dois partidos existiram, sobretudo desde o fim da década de 60, muitos outros, pequenos e de pouca importância e por isso não os mencionaremos aqui.

Porém, o que vale a pena mencionar é a oposição republicana e os seus congressos (os Congressos republicanos de Aveiro que tiveram lugar em 1957, 1969 e 1973). Os primeiros dois ainda propuseram as soluções moderadas às questões políticas e não se falou muito do problema da guerra colonial. O terceiro já teve nome do «congresso da oposição democrática» e as teses apresentadas foram seguintes: «acabar com a guerra colonial e reconhecer o direito dos povos das colónias à autodeterminação e à independência; lutar contra o capital monopolista e pela elevação do nível da vida; e conquistar liberdades democráticas»³⁹. As autoridades não reagiram.

³⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 45-46.

³⁹ Idem, p. 36-38.

Além da oposição esquerdista, o regime, sobretudo depois da subida ao poder do Caetano, teve que enfrentar divisões dentro do próprio partido. Houve a ala liberal, a tendência ultraconservativa em torno do presidente Américo Thomáz e a outra digamos centrista encabeçada pelo próprio Caetano entre as duas o que pouco a pouco enfraquecia o regime.

Vemos que os requisitos da oposição tornavam-se cada vez mais intensos, as vozes chamando pela liberdade sempre mais frequentes ao mesmo tempo que o regime já não soube o que responder-lhes ou como calá-las. A oposição política foi possivelmente a mais importante e influenciou também outros sectores da contestação do regime.

O regime não podia aguentar por muito tempo a situação política cheia de tensão que pouco a pouco aumentava. Dentro do próprio partido oficial direita apereceram grupos que contestaram a política escolhida pelo governo. Em consequência, a direita política fragmentava-se ao passo que a oposição de esquerda unificava-se e tornava-se cada vez mais forte, até ao ponto onde a revolução com ideais esquerdistas pôs o fim ao regime autoritário de direita.

1.7.2 Atitude dos sindicatos

Quanto aos sindicatos, estes receberam maiores competências com a subida do Caetano ao poder, dentro do conjunto das suas medidas liberalizadoras. As direcções sindicais não precisavam mais de ser aprovadas pelo Ministério das Corporações e não podiam ser destituídas pelo governo. Além disso foi criado o tribunal arbitral permitindo discussões à margem do governo. Aconteceu até que alguns dos chefes eleitos pertenceram aos meios que contestavam o regime. Os sindicatos porém desejavam maiores liberdades e melhores condições de vida e o descontentamento não cessava. Eles manifestavam-no pelas greves frequentes, o que acabou na revogação de quase todos os privilégios (aliás elementares num sistema democrático) acordados antes e a intranquilidade foi só multiplicada. Em Novembro de 1970 surgiu a Intersindical que agrupava quarenta e um sindicatos, e a partir de 1973 a actividade grevista intensificava-se até à eclosão da Revolução (desde Outubro de 1973 até à Revolução cem mil trabalhadores participaram nas greves).⁴⁰

A importância dos sindicatos quanto à oposição ao regime residiu em que regrouparam trabalhadores, que foram muitos na época, e ofereceram-lhes a possibilidade de exprimir as

⁴⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 46-48.

suas vontades em conjunto, assim que se puderam ouvir em público cujas simpatias tiveram com certeza, sendo pessoas do povo próximas à muita gente pelo seu estatuto social.

1.7.3 Reforço da classe média e da imprensa

Depois da estabilização da situação no país pelo Salazar os grupos médios das cidades tinham condições favoráveis para sua expansão. A urbanização aumentava rapidamente. Em 1960, nas áreas urbanas de Lisboa e do Porto encontravam-se 25,1% dos habitantes e a classe média baixa representava 35% dos habitantes das cidades⁴¹. Em 1970 47% residem nos centros urbanos com mais de dez mil habitantes⁴². Ao mesmo passo baixava o analfabetismo, dos 62% em 1930 até aos 30% em 1960. Neste ambiente de expansão urbana e de formação escolar crescente, a contestação do regime aumentava. As pessoas tornavam-se mais conscientes dos seus direitos e dos valores democráticos e exigiram as liberdades de uma sociedade moderna.

Esta disposição da sociedade foi traduzida pela aparição de jornais que tentaram ficar objectivos e criticar o regime, o que foi devido à censura uma tarefa muito difícil. Em 1945 existiram só nove periódicos classificados como perigosos para o governo, o que representa apenas 3,4% de todas as publicações. Entre estes destacou-se o jornal Expresso ligado aos sectores liberais da Assembleia Nacional e em especial a sua secção «Visto». Nos anos 60 e 70, os mais importantes periódicos da oposição anti-salazarista foram o jornal «República», a «Seara Nova», o «Portugal Democrático», publicado pelos portugueses exilados no Brasil e o «Avante!», órgão do Partido Comunista.⁴³

Desde o ano revolucionário de 1962 a Censura passou a depender unicamente do chefe do governo. Depois da subida do Caetano ao poder a Censura não mudou muito, a única diferença foi que passou a chamar-se «exame prévio». Devido à acção da censura, muitas revistas desapareceram⁴⁴ e notícias que informaram sobre greves estudantis, manifestações ou prisões de estudantes costumavam ser cortadas. Aliás a censura não funcionava com grande

⁴¹ A.H. de Oliveira Marques, *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade*. (Lisboa: Universidade Aberta, 1993), p.345.

⁴² José Mattoso, *História de Portugal, Sétimo volume, O Estado Novo* (Lisboa: Editorial Estampa), p.423.

⁴³ <http://www.eusou.com/republica/hist.html>; [http://www.infopedia.pt/\\$seara-nova](http://www.infopedia.pt/$seara-nova);
http://www.emigracao.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=277&Itemid=37;
<http://www.pcp.pt/partido/anos/avante.html>; consult. em 13.5.2013.

⁴⁴ Nomearemos por exemplo *Cultura* (1929-1931), *O Globo* (1933), *O Diabo* (1933-1940), *Sol Nascente* (1937-1940), *Via Latina* (revista da Associação Académica de Coimbra).

Áurea Adão, *E educação nos artigos do jornal durante o Estado Novo (1945-1969), A ação da Censura* (Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012)

(<http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342639.PDF>) consult. em 23.2.2013.

eficácia devido à incapacidade dos censores, muitas vezes militares reformados, que era logo aproveitada pelos jornalistas inteligentes que dominavam bem a língua e sabiam como se servir dela sem serem descobertos pelos órgãos censoriais.

Em breve, grande parte da sociedade tornava-se consciente dos defeitos do regime graças ao melhor acesso às informações. Um papel importante na informatização do povo português foi jogado pelos jornais com tendências oposicionistas que sabiam como passar pela censura instaurada. Desta maneira, as massas da população foram informadas também sobre os acontecimentos desfavoráveis à imagem do regime o que intensificava o descontentamento com este.

2. Situação insustentável nas colónias

A presença dos portugueses nas suas colónias ultramarinas manteve-se através dos cinco séculos até ao vigésimo, quase até aos nossos dias. E se pensarmos bem, o mundo português lá sempre continua presente através da sua língua, cultura e costumes. Infelizmente, faz se lembrar também através das memórias à Guerra colonial.

Quinhentos anos de «convivência» influenciou e deixou interpenetrar-se as culturas, a dos colonizadores e aquelas das nações colonizadas. Portanto não pode surpreender ninguém que o sentimento «imperial», o de ter direito natural aos territórios ultramarinos foi fortemente enraizado dentro da maioria dos portugueses e em consequência dificilmente enfraquecível. Antes da Guerra colonial ninguém, inclusive a oposição de esquerda, tinha pensado na independência das Colónias portuguesas. Precisava-se deste choque brutal com a realidade para que alguns abrissem os olhos. Dizendo alguns pensa-se especialmente nos membros das Forças Armadas (FA) que assistiram na guerra e muitos perceberam logo que não é este o caminho que levasse ao melhor futuro de Portugal. A situação nas Colónias foi insustentável, os responsáveis afirmaram que esta guerra não se podia ganhar militarmente mas que sim devia-se buscar uma solução política. Contudo, o regime ficou surdo perante estes apelos e colocou assim a grande questão ultramarina, através da qual se jogava do futuro de várias nações, a um impasse do qual a tirou o golpe militar do 25 de Abril e o que sucedeu depois dele.

2.1 Sistema colonial injusto

A Conferência de Berlim⁴⁵ e as suas alterações posteriores causadas pelo Ultimato britânico⁴⁶ dividiram no fim do século 19 o mundo colonial africano entre as potências europeias de maneira que Portugal ficou com os territórios de Guiné portuguesa, Angola com o enclave de Cabinda, Moçambique, arquipélagos de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe e fortaleza de São João Baptista de Ajudá. Foi estabelecido o direito colonial e a ocupação efectiva dos territórios começou.

⁴⁵ Ocorreu entre 1884 e 1885 com a participação de Itália, França, Grã-Bretanha, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Império Otomano (atual Turquia), Portugal, Bélgica, Holanda, Suécia, Rússia e Império Austro-Húngaro. A intenção do encontro foi definir a repartição dos territórios africanos entre esses países. (...)A Conferência foi marcante para a história. Embora os europeus já estivessem presentes no continente desde o século 15, pela primeira vez a dominação foi efetiva, com ocupação dos territórios do interior. (<http://revistaescola.abril.com.br/fundamental-2/foi-conferencia-berlim-700439.shtml>), consult. em 24.3.2013.

⁴⁶ «O Ultimato consistiu num telegrama enviado ao governo português pelas autoridades inglesas, a 11 de janeiro de 1890. A missiva exigia a retirada imediata das forças militares portuguesas mobilizadas nos territórios entre Angola e Moçambique. Esses territórios correspondem aos atuais Zimbabwe e Malawi.» *Ultimato inglês*. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Consult. em 24.3.2013.

Durante a República o poder ia-se descentralizando. Nas colónias foram nomeados altos-comissários da República com vastas competências políticas, legislativas e administrativas. Porém, isto foi a tendência que não durou por muito tempo. Ainda em 1917 foi estabelecido o estatuto do «indígena assimilado» que deu à parte dos indígenas mesmos direitos que tinham os portugueses. A população autóctona de Macau, Índia, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe passou automaticamente a ser considerada como «assimilada» ao passo que as populações de Angola, Moçambique e Guiné foram classificadas segundo o critério questionável de «usos, costumes e estágio de desenvolvimento». Em breve, os que queriam ser considerados assimilados deviam adotar os padrões culturais e sociais europeus, os hábitos, a cultura e a língua portuguesa.⁴⁷ Contudo, os critérios que foi necessário cumprir para se tornar «assimilado» foram excessivamente exigentes e nem todos os colonos brancos seriam capazes de cumpri-los. Daí resultou grande descontentamento na sociedade colonial e tensão entre os indígenas e os colonos.

Os indígenas ficavam cada vez mais descontentes. Apesar de o trabalho escravo ser proibido desde 1900, o trabalho forçado não desapareceu e só o contrato com o patrão branco contava. Além disso, os indígenas foram obrigados a assistir aos cultivos obrigatórios de determinados tipos de produtos (algodão, arroz, café, sisal, etc.) e não lhes ficava tempo nem força para o cultivo de subsistência. Não podiam buscar apoio no sistema judicial que era injusto e muito a favor dos colonos. O seu executor foi o chefe de posto, «que fazia de juiz, de fiscal e defensor, ao mesmo tempo que supervisava a aplicação de sentença, que geralmente consistia em castigos corporais para os delitos mais pequenos, sem investigação judicial e sem testemunhas»⁴⁸.

O Acto colonial de 1930 incluído na Constituição de 1933 confirmou a tendência centralizadora que começou com o Estado Novo. O Acto retirou às colónias as competências que lhes foram atribuídas durante a República, codificou o Império Colonial Português e fez distinção entre «civilizado» e «indígena».⁴⁹

Em 1933 viram a luz do mundo a Carta Orgânica do Império Colonial Português e também a Reforma Administrativa Ultramarina. Elas garantiram à Metrópole várias vantagens à custa das colónias, como o acesso às matérias-primas e o cultivo de produtos necessários em

⁴⁷ O documento foi chamado *Alvará do Assimilado* ou *Portaria do Assimilado*. (http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/17128/17128_3.PDF), consult. em 13.5.2013.

⁴⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.62-63.

⁴⁹ Ato colonial 1930. ([http://www.infopedia.pt/\\$acto-colonial-1930](http://www.infopedia.pt/$acto-colonial-1930)), In Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora, 2003-2013, consult. em 12.5.2013.

Portugal com os preços fixados. A administração foi exercida através do Ministério das Colónias que teve o seu governador-geral na cada Colónia. Este foi superior aos respectivos governadores provinciais, eles aos administradores de conselho e estes últimos ainda foram superiores aos chefes de posto.⁵⁰

As reformas de Adriano Moreira, Ministro do Ultramar, que aboliram o estatuto do indígena em 1961, a Revisão constitucional e a Lei Orgânica do Ultramar em 1971, pela qual Angola e Moçambique passaram a ser designados por Estados, não foram mais que últimas tentativas de salvar o impossível - «o império colonial».

A consequência do sistema colonial baseado na indivisibilidade do Império, preferindo os colonos brancos e tratando os indígenas dos territórios ocupados como inferiores e sem plenos direitos civis e políticos não foi outra que o descontentamento das populações, que se mostraram muito a favor dos grupos nacionalistas lutando pela independência na Guerra contra os colonizadores.

2.2 Descolonização como tendência geral

A Grande Guerra mundial tinha transformado o mundo inteiro. Os sentimentos nacionalistas jogaram um papel importante e pouco a pouco, sob influência deles, os povos colonizados começavam a dar-se conta dos seus direitos à autodeterminação.

Numerosas organizações internacionais lutaram pela descolonização das colónias. A Organização das Nações Unidas (ONU), na qual Portugal foi admissão em 1955 estabeleceu no 1º artigo da sua Carta de Fundação o direito dos povos a escolher o seu destino. A partir do início da década de 60 a ONU começou a lutar com intensidade para garantir direitos dos países colonizados na escala mundial. Na sua XVª Assembleia geral foi apresentada a definição dos «territórios não-autónomos»⁵¹ que os territórios portugueses ultramarinos cumpriram demasiado bem.

Devido a isso, Portugal teve problemas com a política colonial logo após da sua admissão. Para atenuar as críticas, o governo decidiu de fazer mudanças na Constituição. Em 1951 as colónias passaram a ser designadas pelo nome de «províncias ultramarinas» e o Império colonial tornou-se «Ultramar». Contudo, as mudanças não foram que aparentes.

Outra organização de grande importância foi a Organização da Unidade Africana (OUA) criada em 1963 na Etiópia para defender os ideais de pan-africanismo, da paz, da

⁵⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 62-63.

⁵¹ José Mattoso, *História de Portugal, Sétimo volume, O Estado Novo* (Lisboa: Editorial Estampa).

solidariedade entre os países africanos e da independência destes países, querendo acabar com o colonialismo na África. Com este objectivo reconheceu movimentos lutando pela independência nas colónias portuguesas: a FNLA e a MPLA em Angola, a FRELIMO em Moçambique (em 1965) e o PAIGC como representante dos povos de Guiné-Bissau e do Cabo Verde (em 1964). O seu acto mais importante em relação às colónias portuguesas foi o reconhecimento do Governo Revolucionário de Angola no Exílio (GRAE) de Holden Roberto (FNLA) em 1964. Em resumo, a ajuda da OUA às colónias portuguesas na África foi sobretudo política, através do reconhecimento dos movimentos de libertação e de apresentação das suas exigências ao seio da ONU.⁵²

Contudo, o facto é que até os finais do ano 1960, a política colonial do regime salazarista foi assaz aceite pelas potências mundiais que tiveram os seus interesses no Ultramar português ou tiveram outras razões práticas para simpatizar com o regime. Foi o caso dos EUA que tiveram uma base militar nos Açores e depois ocuparam Vietname, ou da França que não podia condenar a política colonial portuguesa porque fazia o mesmo nos países do Maghreb. Na mesma situação encontraram-se Grã-Bretanha, Alemanha Ocidental e Bélgica que tiveram os seus interesses coloniais. Espanha de Franco e Brasil de Vargas, regimes de carácter semelhante, também estavam a favor de Salazar.

No entanto, podemos dizer que o ponto de ruptura foi o ano de 1960, conhecido como «ano de África», em que 17 estados africanos ganharam a sua independência e pelo qual começa a nova era de descolonização africana. Junto com as pressões crescentes da ONU, a situação mundial modifica-se e Portugal começa a perder o apoio dos antigos aliados. Outros países europeus perdem os seus interesses coloniais e por isso não têm mais a razão de apoiar a política colonial portuguesa.

O Estado Novo não perde apenas os aliados europeus. Os EUA mudam a política colonial com o presidente Kennedy, democrata e muito a favor da descolonização. No Brasil é eleito presidente o Jânio Quadros com preferências socialistas. Os esforços diplomáticos de Portugal sob a liderança do Ministro do estrangeiro Franco Nogueira intensificam-se para manter o apoio dos países simpatizantes e para atenuar as contestações dos países opostos, porém, Portugal tem que enfrentar as críticas sempre mais numerosas, sobretudo da parte dos países com regimes de esquerda, como os países nórdicos ou a URSS.

Vaticano, habitual aliado de Portugal, começa também a manifestar-se contra a Guerra colonial e a atitude do governo português. Vários padres em missões são testemunhas de

⁵² Libertação de África - OUA (<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=127>), consult. em 13.5.2013.

massacres efectuados nos indígenas. O papa Paulo VI manifesta a atitude da Igreja católica recebendo os representantes de MPLA, FRELIMO e PAIGC em 1970.

Portanto vemos que na alvorada da Revolução dos cravos a descolonização é levada ao fim na maioria dos países africanos, as antigas potências coloniais perderam os seus domínios ultramarinos e entre tempo ocorreram mudanças dos regimes em muitos países, estando estes liderados pelos governos socialistas ou virados à esquerda. Para além disso, as organizações internacionais promovendo valores da paz e de liberdade como a ONU têm grande influência no mundo da época. É evidente que o regime fossilizado do Estado novo não pode resistir por muito tempo a estas pressões.

2.3 A impossibilidade de sustentar a guerra

A Guerra colonial foi o conflito militar entre Portugal e os movimentos de libertação nas suas colónias africanas que durou 13 anos. Iniciou-se a 4 de Fevereiro de 1961 em Angola com os assaltos às esquardas da polícia em Luanda efectuados pelo MPLA, seguidos em Março com os ataques mortíferos no norte do país, esta vez feitos pela outra organização – a FNLA. A segunda frente abriu-se em Guiné-Bissau em 1963 pelo PAIGC enquanto em Moçambique a guerra começou em 1964 (pela FRELIMO).⁵³

O conflito tornou-se o problema mais grave do regime autoritário português. A guerra colonial não teve solução militar por duas razões principais. Foi uma guerra subversiva e «as guerras subversivas só desaparecem quando são inexistentes as causas que as provocam, neste caso a realidade colonial»⁵⁴. A outra razão é que Portugal não teve dinheiro e meios suficientes para sustentar esta guerra prolongada. A situação se encontrava num empasse quando a Revolução dos Cravos pôs o fim a este conflito.

2.3.1 Falta dos meios efectivos

Para um país pequeno como Portugal foi uma tarefa difícil de manter o controlo nas colónias que ficavam tão longe da Metrópole e das quais várias eram de grande extensão. Foi exaustivo de ponto de vista de recursos humanos, das finanças, do abastecimento técnico.

Como já referimos, a guerra nas colónias chegou a consumir 40% do orçamento, o que foi inadmissível e insustentável. A falta de recursos económicos refletiu-se no equipamento

⁵³ *Guerra Colonial*. ([http://www.infopedia.pt/\\$guerra-colonial](http://www.infopedia.pt/$guerra-colonial)), In Infopédia [Em linha], Porto: Porto Editora, 2003-2013, consult. em 13.5.2013.

⁵⁴ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.86.

dos militares e nas remunerações deles. Enquanto até aos anos 70 foram as FA que tiveram a vantagem técnica, principalmente devida ao uso das Forças aéreas, depois a situação virou-se, a guerrilha começando a usar os mísseis anti-aéreos *Strela*.⁵⁵

As colónias portuguesas eram bastante atrasadas porque o governo central não lhes dava possibilidade de desenvolver-se livremente. O cultivo e a indústria dependiam das necessidades da Metrópole e não das necessidades daqueles que produziam. As infra-estruturas eram fracas, quase inexistentes. Só no 1º plano de Fomento foi incluída também a construção das infra-estruturas nas Colónias⁵⁶, intensificada depois da eclosão da Guerra por duas razões. A primeira foi a de melhorar as condições de vida dos habitantes para assim ter o apoio deles e a outra foi a de possibilitar a deslocação e a actuação dos militares no território ultramarino.

Outro problema para o regime foi a escassa povoação dos territórios pelos colonos brancos, os quais significavam o apoio à administração colonial. Por isso tentaram povoar as colónias pela classe média proveniente do continente europeu. Foram apresentados três grandes projectos de povoação que apesar de tudo fracassaram – o colonato de Cela, no centro de Angola, o de Matala, no sul de Angola e o do vale do Limpopo em Moçambique.⁵⁷

Os problemas demográficos, que já comentámos no capítulo 1.4 refletiram-se igualmente nas forças armadas que por isso tiveram problemas de conseguir os novos oficiais. Simplesmente já não houve quem ia para a guerra e as condições pioradas contribuíram em muito no surgimento do Movimento dos Capitães do que falaremos mais adiante.

2.3.2 Falta de estratégia

A estratégia portuguesa contra a guerrilha não se baseiava apenas na luta como tal, mas também nas acções psico-sociais. O poder colonial tentava conseguir o apoio da população local porque foi esta que ajudava à guerrilha, a situação que é perfeitamente compreensível dado que os grupos nacionalistas lutavam pela sua libertação da dominação dos colonizadores. Os portugueses tentavam de convencê-los que sob a administração deles a sua vida seria melhor do que sob o domínio dos guerrilheiros. Fizeram-no igualmente por meio de edificação das infra-estruturas etc. O problema foi que logo que viram que a estratégia funcionava, deixaram de fazer esforço.

⁵⁵ Os mísseis *Strela* começaram a ser usados em 1974 em Guiné-Bissau e em Moçambique. Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993).

⁵⁶ José Mattoso, *História de Portugal, Sétimo volume, O Estado Novo. Coordenação de Fernando Rosas* (Lisboa, Editorial Estampa).

⁵⁷ Idem, p.486.

No nível geo-estratégico dedicaram-se à criação dos aldeamentos estratégicos, não respectando o meio natural dos indígenas mas sim os interesses estratégicos portugueses – povoar as zonas destacadas segundo eles precisaram – desraizando assim as famílias e até tribos inteiras. As deslocações só aumentaram o descontentamento das populações, nem falando de que os aldeamentos fracassaram muitas vezes, as populações fugindo deles.

Em resumo, mesmo que a estratégia portuguesa de contra-guerrilha não fosse péssima, a colocação dos ultra-direitistas como os generais Kaulza de Arriaga em Moçambique ou Schultz em Guiné-Bissau e o pensamento ultra-conservativo teve um efeito devastador e com ele foi impossível ganhar uma guerra tão sensível como a subversiva.

2.4 Situação nas colónias concretas

2.4.1 Angola

Angola tem o território rico e em consequência teve grande importância para Portugal que lá extraía matérias-primas e cultivou algodão e outras culturas. Por estas razões atraiu o capital estrangeiro. De facto quase todo o capital foi acumulado nas mãos dos colonos brancos da Europa que foram 300 000 em 1970.

A vida da população autóctone não era fácil, tiveram que participar nos cultivos obrigatórios por salários baixíssimos que às vezes nem sequer receberam. É natural que nestas condições os protestos e greves tornavam-se cada vez mais frequentes.

As respostas das forças portuguesas costumavam ser inadequadas e particularmente cruéis. O exemplo é o massacre, o bombardeamento que durou mais que um mês, perpetrado pelas Forças Armadas em 1961 como resposta à greve dos cultivadores de algodão que não receberam salários e em protesto destruíram armazéns, vias de comunicação e mataram gado, contudo sem usarem armas.⁵⁸ Os confrontos entre os grupos de resistência e as FA portuguesas destacaram-se por uma dureza singular, que pode ser compreensível da parte dos indígenas cujo país foi ocupado e que foram obrigados a aceitar as condições duras impostas pelos colonizadores. Se calhar pode surpreender que as reações dos portugueses foram sempre mais intensas e mais agressivas. Por tudo isso, a situação na colónia estava cheia de tensão e de extrema instabilidade.

⁵⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 78.

O grupo nacionalista com maior impacto e reconhecido pela OUA no território de Angola foi o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), criado pelos indígenas atribalizados, pequena-burguesia e operários africanos. Teve importante cariz marxista, mas foi enfraquecida pelas rupturas internas. Outros movimentos de libertação foram por exemplo a UNITA⁵⁹ ou o MLEC (FLEC)⁶⁰. Por causa da rivalidade entre os movimentos estes nunca se uniram, o que jogou a favor dos portugueses.

Quando eclodiu a Revolução, a situação em Angola foi aparentemente a favor dos portugueses, porque controlavam os lugares estratégicos. Apesar disso foi mais uma situação de empasse – não foram capazes de ganhar sobre os guerrilheiros, visto que os seus objectivos de libertação ainda não foram atingidos e por isso estes tiveram sempre forte motivação para lutarem.

2.4.2 Moçambique

A colónia de Moçambique destacava-se pelo racismo que aqui se manifestava no maior nível do que nas outras colónias portuguesas, sobretudo por causa da influência dos países racistas vizinhos – África do Sul e Rodésia. A população dos colonos brancos representou apenas 2% da população total, quer dizer uns 200 000 de pessoas. O exército português, a metade do qual foram negros, foi de 70 – 80 mil homens.⁶¹

Dos grupos de resistência o mais importante foi a FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique) tendo por líderes Eduardo Chivambo Mondlane – assassinado durante a guerra, e Uria Simango. Este grupo, apesar de ser apoiado pelos países socialistas (sobretudo China), sentiu falta dos quadros profissionais e teve rupturas internas, do que aproveitaram os portugueses nos primeiros anos da guerra e assim asseguraram a sua superância.

Não obstante, a FRELIMO ganhava cada vez mais importância e em Abril de 1974 foi mais forte do que as FA portuguesas. As estratégias portuguesas contra a guerrilha fracassaram na maioria das vezes. Uma das tentativas foi a de separar o norte do país para proteger os colonos brancos concentrados no sul por meio da construção da barragem de Cabora-Bassa⁶² que ficou inacabada. Várias das operações sob o comando de Kaúlza de

⁵⁹ União Nacional para a Independência Total de Angola

⁶⁰ Frente para a Libertação do Enclave de Cabinda

⁶¹ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p. 101.

⁶² O plano de Cabora-Basso foi um plano estratégico, envolvendo o capital português, alemão-ocidental, sul-africano, francês, suíço, inglês e norte-americano, de construção de uma barragem no rio Zambeze. Este seria o ponto de partida para a electrificação e industrialização do Moçambique e alguns países vizinhos, e seus arredores seriam povoados pelos colonos europeus. Ao mesmo tempo, empenhando os outros países na obra

Arriaga, pertencente à extrema-direita, foram apesar da aparência contraproducentes e só ajudaram à progressão da guerrilha. A situação chegou até ao ponto de os sectores económicos negociarem com a FRELIMO. A situação das FA piorou consideravelmente quando a guerrilha começou a usar os mísseis anti-aéreos *Strela* que lhes tiraram a superança aérea. Depois do assassinio da mulher do colono branco em Janeiro de 1974 eclodiu o pânico geral entre os colonos do sul. As FA ficaram presas entre o ódio do seu adversário e a inconfiança dos que deviam proteger.

Em Moçambique, mesmo como em Angola, as intervenções das FA portuguesas para com a população indígena foram inadequadas e duríssimas. Basta mencionar os massacres de Mucumbura em 1971 e os de Chawola, Wiryamu e Juwau em 1971 denunciados pelos missionários estrangeiros.⁶³ Antes da eclosão da Revolução, a situação encontrava-se num impasse, as forças dos movimentos de libertação e das FA portuguesas foram mais ou menos equilibradas. Visto que uma solução militar não se via nem de longe, precisava-se duma solução política.

2.4.3 Guiné-Bissau, Cabo Verde e outras colónias

A guerra na Guiné-Bissau representa exemplarmente a filosofia do regime salazarista – durar por qualquer custo. Foi um território de baixa importância económica e por isso muitos aconselharam abandoná-lo. Entre eles o general António de Spínola quem lutou pela solução política na Guiné, vendo da sua própria experiência que a guerra neste território era inviável. Porém, o regime não admitia quaisquer negociações sobre a libertação.

O maior grupo de resistência guineense foi o PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) cujo personagem forte foi Amílcar Cabral e que foi apoiado pelos países de cariz socialista como Suécia, Argélia, ou Senegal entre outros. Como o território da Guiné-Bissau é bastante pequeno e partilhado pela rede de rios, as acções da guerrilha manifestaram-se eficazes. O PAIGC foi reconhecido pela OUA (em 1965) e pela ONU (em 1972) e proclamou unilateralmente a independência já antes da Revolução, a 24 de Setembro de 1973. A República de Guiné-Bissau foi reconhecida por 86 países, número mais alto do que aquele dos países que mantinham relações diplomáticas com Portugal na época.⁶⁴

significaria fazê-los defender a política colonial portuguesa. Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.109-110.

⁶³ Idem, p.112.

⁶⁴ Idem.

Como a situação piorava, as tropas portuguesas aumentaram de mil homens em 1960 aos 25 mil em 1967. A maior acção no território, a batalha da ilha do Como em 1964 que durou 72 dias foi ganha pelos grupos nacionalistas.⁶⁵ Os militares portugueses, vendo que não podem ganhar tentaram muitas vezes desertar ou negociar com o inimigo apesar das ordens dadas de Lisboa para aguentarem.

No arquipélago de Cabo Verde não houve guerra propriamente dita (apesar de ser formalmente incluído sub a luta libertadora de PAIGC), mesmo como nas colónias restantes - São Tomé e Príncipe, Timor e Macau, não obstante também ali ocorreram alguns incidentes violentos da parte das forças portuguesas. Podemos mencionar a «matança de Batepá» no São Tomé e Príncipe e repressões brutais em Timor Leste em 1959.⁶⁶

Podemos concluir que a Guerra colonial decorreu sobretudo no território das colónias africanas de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau e sobretudo nos primeiros dois a situação enoctrava-se num empasse total. Toda a sociedade portuguesa e especialmente os militares estiveram exaustos da guerra interminável cujo fim não se aproximava. Foi a razão principal para o surgimento do Movimento dos Capitães que pôs o fim à esta guerra.

⁶⁵ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.117-119. Idem

⁶⁶ Idem.

3. Divisão no seio das Forças Armadas e o Movimento dos Capitães como a sua consequência

Pode parecer paradoxal que foi dentro das Forças Armadas que se formou o movimento que afinal levou ao derrubamento do regime, visto que foram os representantes da ditadura militar que possibilitaram a chegada ao poder a Salazar. Não obstante, ao analisar minuciosamente a situação que dominava a instituição militar nos anos 60 e 70, descobriremos que o golpe de estado foi apenas questão de tempo. Porém, até ao Abril de 1974 não se sabia qual das facções formadas dentro das Forças Armadas conseguirá a realizá-lo com sucesso.

3.1 Os «spínolistas»

O general António de Spínola foi uma figura marcante que conseguiu reagrupar um número elevado dos apoiantes e seguidores que demonstraram grande confiança na sua personalidade. O prestígio do general Spínola pode explicar-se pela sua actuação na Guerra colonial, nomeadamente na Guiné-Bissau onde foi nomeado governador militar, pela sua dignidade militar elevada que fazia dele uma grande autoridade militar, e igualmente pelo seu carisma pessoal.

Foi exactamente na Guiné onde surgiram as primeiras contestações da ditadura no meio militar. Formou-se um grupo acerca do general Spínola onde pertenceram entre outros o tenente-coronel Fabião e o major Ramalho Eanes. A visão dos «spínolistas» foi realizar um golpe de Estado palaciano, mas não o conseguiram. Afinal participaram no processo revolucionário desencadeado pelo MFA.

Spínola demonstrou as suas opiniões políticas discordantes com as do regime no seu livro *Portugal e o Futuro* publicado no dia 22 de Fevereiro de 1974. Apesar de não ter sido o primeiro a propugnar as teses do federalismo e da democratização, foi a primeira personalidade antes considerada pro-regime a pôr-se a discordar com as teses fundamentais da indivisibilidade do Império Colonial e da justificação da Guerra nas colónias. O momento de aparição do livro foi muito oportuno e as suas vendas altíssimas. A difusão das questões da solução política da guerra e da desconfiança para com a política oficial do governo entre a população foi extremamente rápida.

Mesmo que Spínola não fosse completamente de acordo com o Movimento dos Capitães e preferisse realizar um golpe sem o MFA para ter superioridade e o poder efectivo, a sua actuação política, crítica do governo e o lançamento do livro *Portugal e o Futuro* tiveram

uma grande importância no processo que levou até ao derrubamento do regime. Assim, Spínola de certa maneira abriu o caminho ao Movimento das Forças Armadas.

3.2 A extrema-direita

Dentro das Forças Armadas registaram-se também oposições de cariz ultra-direitista que foram contrárias às teses liberalizadoras de Spínola. A direita dentro das Forças Armadas foi liderada pelo coronel Kaúlza de Arriaga da Força Aérea. Ele tentou agir através da colaboração com o presidente da República Américo Thomaz, que também teve preferências políticas mais ortodoxas e mais à direita do que o primeiro-ministro. Kaúlza receava as tendências liberalizadoras de Caetano e pretendia chegar ao poder depois de o presidente Thomaz ter demitido o governo actual. Porém, o presidente recuou à última hora.

No início, Kaúlza pretendia obter apoio do Spínola e do Movimento dos Capitães, contudo sem maior sucesso. As ideologias destes movimentos foram demasiado distantes da sua tese ultraconservadora. O que aconteceu é que o golpe foi denunciado da parte destes através do major Fabião.⁶⁷

No entanto, as oposições do sector «ultra» não foram sem importância, porque os ataques de vários lados enfraqueciam o regime. Além disso, desviaram o seu olhar do Movimento dos Capitães que se demonstrou muito mais importante e forte até ao ponto de realizar o golpe de estado.

A manifestação mais visível das opiniões da direita foi o Congresso dos Combatentes do Ultramar que teve lugar no Porto entre 1 e 3 de Junho de 1973. Foi uma atividade de extrema-direita celebrada com o fim do «retorno à bandeira e aos ideais de Maio de 1926»⁶⁸ e sob o lema «a pátria não se discute, defende-se». Como se pode deduzir, os ideais deste congresso foram ultraconservadores e ultradireitistas. Atacaram a política do Caetano cujas reformas não agradavam nada a este sector das Forças Armadas.

O Congresso foi realizado para aprovar que a solução da Guerra colonial não é política, mas sim militar e que se deve perseverar no esforço da defesa militar dos territórios ultramarinos. Assistiram nele antigos oficiais que combateram na África, ao passo que os oficiais em activo foram defendidos de participar por causa do medo que o governo tinha perante a possibilidade de protestos da parte deles.

⁶⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.161-162.

⁶⁸ Idem, p.146-147.

Contudo as contestações fizeram-se ouvir. Primeiros a condenar o congresso foram os oficiais da Guiné e logo outros militares da metrópole. Firmino Miguel e Ramalho Eanes redigiram um manifesto de protesto assinado por cerca de 400 oficiais onde se distanciaram claramente deste evento e das suas teses.

Foi este congresso o primeiro impulso que reuniu os oficiais militares com opiniões mais liberais e que desencadeou o processo de formação do Movimento dos Capitães. Assim observamos como as distintas facções dentro das FA influenciaram-se umas a outras – foi um congresso com os fins de apoiar a guerra que desencadeou a formação dum movimento com teses completamente opostas.⁶⁹ Desta maneira os sectores da direita ajudaram sem querê-lo ao processo da formação do movimento liberalizador – Movimento dos Capitães.

3.3 O Movimento dos Capitães

O polo oposto de contestações ao regime em relação ao sector ultra-conservador dentro das Forças Armadas criou-se no seio do Movimento dos Capitães. No início foi uma organização com os fins puramente corporativos, a posição que mudou com o correr do tempo e dos acontecimentos. Ao momento de eclodir a revolução, o Movimento defendia teses de liberalização, anticolonialismo e via-se politicamente virado à esquerda (apesar de que o número dos oficiais politizados nunca ultrapassou 20% dos membros do Movimento⁷⁰). No dia 25 de Abril contava com cerca de 700 membros - oficiais do Exército.

3.3.1 A origem dos capitães

Em consequência da Guerra colonial e da necessidade crescente de novos oficiais, as condições de entrada na Academia militar tornaram-se menos rigorosas. Assim se possibilitou a entrada dos jovens das áreas rurais e das famílias menos ricas. Daí que as Forças Armadas ou pelo menos a sua oficialidade inferior deixava de ser constituída exclusivamente pela elite do país. Os filhos da pequena burguesia rural aproveitavam a possibilidade dos estudos superiores gratuitos e duma carreira militar.⁷¹ Criou-se assim o distanciamento social entre a generalidade de FA e os subalternos, sobretudo capitães que porém tiveram o comando

⁶⁹Vasco Lourenço. *I Congresso dos Combatentes do Ultramar*. (<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=&c2=&glossario=Congresso%20dos%20Combatentes>) ; consult. em 12.6.2013.

⁷⁰ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993).

⁷¹ Luís Pedro Melo de Carvalho. *O Movimento dos Capitães, O MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado novo*. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009, p.63-64.

efectivo das unidades na Guerra colonial nas suas mãos. Também por isso foi nesta camada de FA que se criou o mais poderoso movimento de contestação ao regime.

É interessante notar como foram afectados alguns dos cursos dos anos 60. Como afirma Salgueiro Maia: «1963 e 1964 foram os únicos cursos a quem a guerra causou forte influência, pois fizeram quatro anos lectivos em três anos, através da abolição dos nove meses de férias». Ele afirma que «os operacionais do 25 de Abril vêm na maioria desses dois cursos».⁷²

3.3.2 Decretos-leis 353/73 e 409/73

O aparecimento dos decretos-leis 353/73 e 409/73 foi a última instância que contribuiu ao pioramento das condições dos oficiais na guerra e que provocou o reagrupamento destes dentro de grupos com fins corporativos para poderem protestar e tentar de fazer o governo resolver os seus problemas que se tornavam insuportáveis.

O Decreto-lei 353/73 saiu em 13 de Julho do ano 1973 com os fins de resolver a falta dos capitães nos quadros permanentes das FA, fazendo proveito dos oficiais milicianos e dos oficiais do Quadro Especial com experiências de guerra. Estes receberam a possibilidade de passar para o quadro permanente depois de tirar um curso acelerado de dois semestres na Academia Militar. O tempo que passaram como milicianos contava à antiguidade deles.⁷³ Este decreto-lei foi na origem das situações controversas quando alguns oficiais oriundos de milicianos podiam ultrapassar na hierarquia militar os seus antigos comandantes.

Os oficiais afectados foram muito mais numerosos do que os beneficiados⁷⁴ e por isso esta medida não foi eficaz e provocou uma forte contestação nas divisões de Infantaria, Artilharia e Cavalaria que foram atingidas.⁷⁵

Por causa dos protestos crescentes, o governo decidiu alterar o citado decreto-lei e a 20 de Agosto emitiu o decreto-lei 409/73. Trata-se dum exemplo por excelência da incapacidade do governo de Caetano de resolver os problemas essenciais – o novo decreto

⁷² Idem, p.64, de F. Salgueiro Maia. *Capitão de Abril – histórias da guerra do Ultramar e do 25 de Abril*. Lisboa: Editorial Notícias, 1994.

⁷³ Vasco Lourenço. Publicação do Decreto-Lei 353/73 . (<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=13&glossario=Decreto-Lei%20353/73>) ; consult. em 12.6.2013.

⁷⁴ Houve 127 oficiais oriundos de milicianos que beneficiaram deste decreto-lei. Luís Pedro Melo de Carvalho. *O Movimento dos Capitães, O MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado novo*. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009, p.59-60.

⁷⁵ Vasco Lourenço. Publicação do Decreto-Lei 353/73 . (<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=13&glossario=Decreto-Lei%20353/73>); consult. em 12.6.2013.

apenas retira a questão dos oficiais superiores, apesar de que a maioria dos afectados sejam capitães e subalternos. Citando Vasco Lourenço: «*Através da alteração de dois artigos do Decreto-Lei 353/73, os oficiais superiores aí atingidos (majores e tenentes coronéis) deixam de poder ser ultrapassados na escala de antiguidade por ex-milicianos que entrassem no Q.P. através do preconizado nos decretos em causa. Os únicos atingidos passaram a ser os capitães e os subalternos (alferes e tenentes).*»⁷⁶

Os militares mostraram-se fortemente descontentes com estes decretos que foram percebidos por eles como a intervenção na soberania das Forças Armadas pelo governo. O último decreto foi a gota que fez transbordar o copo. Em resposta, junto com as discussões profissionais sobre os decretos, intensificou-se a crítica das posições do governo em geral e os militares começaram a agir.

3.3.3 Reuniões dos capitães – desde Évora até Cascais

Em resposta à publicação dos decretos-leis 353 e 409 os oficiais afectados começaram a reunir-se para resolverem os problemas profissionais que lhes eram comuns. A primeira das reuniões teve lugar em 9 de Setembro nos arredores de Évora. 136 capitães presentes discutiram os problemas de ordem profissional e redigiram uma carta de protesto contra os decretos que foi enviada ao primeiro ministro e ao presidente da república.⁷⁷

Foram estabelecidas as comissões coordenadoras na metrópole, na Guiné, Angola e em Moçambique. No início de Outubro, a comissão coordenadora de Lisboa, na sua carta para as comissões territoriais pela primeira vez pôs em causa a guerra colonial, a culpa do governo pela situação e anunciou a hipótese dum golpe de estado.

Os capitães elaboraram uma demissão colectiva pelo que sucedeu a revogação dos decretos em 12 de Outubro. Esta medida do governo podia ter sido eficaz se fosse efectuada mais cedo. Naquele momento não foi mais possível parar a agitação entre os capitães e as reuniões deles continuaram.

Em reacção à remodelação ministerial de 6 de Novembro os sectores moderados liderados pelo major Mariz Fernandes afastaram-se do Movimento. Sucedeu uma nova reunião, já sem eles, em 24 do mesmo mês em São Pedro de Estoril. Foram apresentadas 3 hipóteses: «*1. conquistar o poder e entregá-lo a uma Junta militar, para democratizar o país;*

⁷⁶ Vasco Lourenço. *Publicação do Decreto-Lei 409/73.*

(<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=13&c2=2&glossario=Decreto-Lei%20409/73>); consult. em 12.6.2013

⁷⁷ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.156-157.

2. dar oportunidade ao governo para se legitimar perante a nação através das eleições livres; 3. utilizar reivindicações exclusivamente militares para recuperar o prestígio do exército e pressionar o governo.»⁷⁸ Em 1 de Dezembro em Óbidos foi escolhida a terceira tese que, porém, venceu com pouca diferença em relação à primeira e de facto foi a primeira que a Comissão coordenadora decidiu seguir. Poucos dias depois foi eleito um organismo executivo, constituído por Otelio Saraiva de Carvalho, Vasco Lourenço e Vítor Alves, com o objectivo de preparar o golpe.⁷⁹ A vontade de acabar com o regime e com a situação que cansava os militares assim que toda a nação foi imparável.

Em 5 de Fevereiro foi apresentado o programa de acção e em 3 de Março saiu o texto programático «O Movimento, as Forças Armadas e a Nação». Em seguida, em 5 de Março na reunião de Cascais o Movimento dos Capitães passou a ser designado por Movimento de Oficiais de Forças Armadas (e a seguir apenas Movimento das Forças Armadas - MFA) para conseguir carácter mais universal abrangendo todos os oficiais e não apenas capitães.

O Movimento dos Capitães e o MFA podem ser considerados duas fases do processo evolutivo do mesmo movimento. A diferença entre eles pode exprimir-se pelo carácter corporativo do primeiro e a sua actuação apenas no nível das conspirações enquanto o segundo tem uma nítida raiz golpista e quer efectivamente actuar, tem um concreto plano de acções e realiza o golpe de estado.⁸⁰

Foi este o caminho que foi seguido pelo Movimento dos Capitães. A sua evolução foi rápida visto a situação agitada na sociedade portuguesa e sobretudo no Ultramar. Os oficiais simplesmente não aguentavam mais e nasceu neles a necessidade de agir. Este movimento é o auge do processo pré-revolucionário em Portugal e não pode ser surpreendente que foram os militares, que tiveram experiências directas da guerra, que queriam acabar com ela e com todo o regime que não conseguia responder às necessidades das Forças Armadas nem do resto da sociedade.

3.3.4 A «brigada do reumático» e a intentona de Caldas de Rainha

Uma das medidas erradas do governo ficou conhecida sob o nome de «brigada do reumático». Tratou-se duma cerimónia que teve lugar em 14 de Março de 1974 e que foi

⁷⁸ Josep Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993), p.160.

⁷⁹ Idem, p.160-161.

⁸⁰ Luís Pedro Melo de Carvalho, *O Movimento dos Capitães, O MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado novo*. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009, p.96.

convocada pelo Marcelo Caetano para que os chefes militares mostrassem a sua solidariedade com o regime. Foram presentes os oficiais-generais dos três ramos das Forças Armadas para exprimirem o seu apoio ao primeiro-ministro, apenas Costa Gomes, chefe do Estado-Maior general e António de Spínola, o seu vice-chefe não assistiram e foram em consequência demitidos dos seus cargos. Foram estas duas personalidades que o MFA designou por líderes no caso dum golpe bem-sucedido.

Em reacção à «brigada do reumático» e à exoneração dos generais Costa Gomes e Spínola surgiu uma tentativa do golpe. O MFA queria antecipar as medidas repressivas do governo que receava e também a possível tomada de posse da parte dos «spínolistas». No entanto, por falta de tempo foi afinal decidido não realizar o golpe, a informação que não chegou ao Regimento de infantaria das Caldas da Rainha que foi a única unidade que saiu. Já se encontravam quase na capital quando lhes foi comunicado que ninguém os seguia.

Em consequência deste acontecimento, 33 membros de MFA foram presos. Porém, o governo não conseguiu identificar quase ninguém dos verdadeiros líderes e então foi o MFA que beneficiou mais da saída das Caldas do que o governo. Caetano estava convicto que neutralizou o Movimento e concentrou a sua atenção aos seus inimigos do campo ultra-conservativo.

Entretanto o MFA pôde tirar lições para o futuro golpe. Remodelaram o plano das operações e também puderam aproveitar do momento de surpresa quando realizaram o golpe de 25 de Abril. Por isso o levantamento de Caldas foi um factor crucial que possibilitou o sucesso da Revolução dos Cravos.

Conclusão

A origem da Revolução do 25 de Abril é uma problemática importantíssima no contexto da história moderna de Portugal, porém, dada a complexidade da questão é extremamente difícil dar um esclarecimento total e sobretudo objectivo a este sujeito. Contudo, tentámos assumir esta tarefa, dando um olhar novo à problemática, um olhar de fora não influenciado pela realidade do país.

Muitas vezes ouvimos dizer que a Revolução dos Cravos foi causada pela Guerra colonial. É incontestável que esta foi uma das razões principais da realização do golpe de estado, não obstante, houve grande número de outros factores que contribuíram a este acontecimento. Julgamos que foi exatamente o conjunto dos factores citados no nosso trabalho e a interdependência deles que conduziram à eclosão da Revolução de Abril. Uns sem outros não podiam desenvolver-se ou ter-se-iam desenvolvido diferentemente.

É importante salientar que o golpe de estado levado a cabo pelos militares do Movimento das Forças Armadas foi só a ponta do iceberg dum processo longo e complexo. As contestações à ditadura do Estado Novo existiram desde a instauração do regime no país, mas intensificaram-se com o início e sobretudo com a suposta infinidade da Guerra colonial. A guerra eclodiu e cansava insuportavelmente o país já tão cansado do regime fossilizado de Salazar. Pela sua rejeição das inovações, o regime, economicamente forte no início, começou a ter graves problemas financeiros e não tinha recursos nem económicos, nem humanos, nem técnicos para sustentar uma longa guerra nos territórios tão vastos.

Afora da Guerra colonial, a sociedade contestava sempre mais e mais o regime autoritário. Notaram-se manifestações dos partidos políticos de oposição, na maioria ilegais. Os acontecimentos do ano 1968 em toda a Europa tiveram forte reacção nas universidades portuguesas. A Igreja portuguesa, o tradicional aliado do Salazar, também começava a contestar as práticas do regime, apoiada pelo papa e os missionários testemunhas das atrocidades da Guerra colonial. A classe média, a imprensa e os sindicatos começaram a afastar-se da política do regime. Estes esforços foram intensificados depois da substituição do Salazar pelo Marcelo Caetano no cargo de primeiro-ministro, dada a sua fraqueza política. Em breve, dedicámos este capítulo mais longo à situação agitada na sociedade portuguesa onde tudo indicava uma vontade pela mudança.

Depois falámos da situação nas colónias. A indivisibilidade do Império colonial foi uma das prioridades do regime, e mesmo se Caetano fez alguns passos em direcção à liberalização, nunca admitiu uma saída política para a guerra. Porém, de ponto de vista prático

foi impossível sustentar a luta, faltava a técnica e os homens, e ainda por cima a estratégia militar não foi muito bem escolhida. Adiciona-se a estes problemas a contínua pressão da parte dos outros países e das organizações internacionais.

Todos estes factores influenciaram o ambiente dentro das próprias Forças Armadas portuguesas. Começaram a surgir diversos movimentos contra-regime, dos quais o mais importante foi o Movimento dos Capitães. Os impulsos para a sua formação foram além do conflito bélico as medidas inadequadas do governo e a sua incapacidade de resolver a situação dentro das Forças Armadas. A publicação dos Decretos-Leis 353/73 e 409/73 desencadeou este processo ao fim do qual chegou o dia de 25 de Abril de 1974 e o golpe de estado militar que passou à história sob o nome de Revolução dos Cravos.

Summary

The Portuguese Carnation Revolution was one of the most important milestones in the modern history of the country that started the evolution of Portugal as a member of the modern-day western-European community. This bachelor thesis aims to determine the reasons that led to the revolution, evaluating them from an unbiased position of a member of a different cultural environment.

First of all, the social and political situation in Portugal in the second half of the 20th century was full of tension and strong wish for a change of the political regime. Salazar's outdated dictatorship caused serious financial problems. Dissatisfaction of students, the Catholic Church and the middle class was rising. The replacement of Salazar by Caetano as prime minister even deteriorated the situation – the New State lost its leader.

Moreover, the situation in the colonies was unsustainable, for the war was exhausting the country financially and mentally. The pressure of other countries and international organizations for decolonization was on the increase. In addition, although the Portuguese war strategy wasn't appropriate for the guerilla war, the regime didn't admit the political solution of the war.

The above factors also had impact on the situation in the Portuguese Armed Forces, inside which different movements critical of the dictatorship and overseas policy began to arise. The most important of them was the Movement of Captains (later renamed as the Armed Forces Movement - MFA), which was established in response to Decrees 353/73 and 409/73. Initially dealing with purely labor issues, it was later politicized to finally become the driving force behind the birth of a democratic Portugal by organizing and carrying out the coup d'état on 25 April 1974.

Zhrnutie

Portugalská „Karafiátová revolúcia“ bola jednou z najdôležitejších udalostí v novodobých dejinách tejto krajiny. Predstavuje míľnik s obrovským významom pre vývoj Portugalska ako modernej západoeurópskej krajiny. Cieľom našej práce je určiť dôvody, ktoré k tejto revolúcii viedli, hodnotiac situáciu z nezaujatej pozície príslušníka inej kultúrnej oblasti.

V prvom rade treba zdôrazniť, že spoločensko-politická situácia v Portugalsku druhej polovice dvadsiateho storočia bola veľmi nepokojná, plná napätia a túžby po zmene režimu. Neaktuálnosť Salazarovej diktatúry spôsobila krajine finančné problémy, silneli prejavy nespokojnosti na univerzitách, v radoch katolíckej cirkvi aj medzi silnou strednou triedou. Nástup Marcela Caetana, ktorému chýbala vodcovská osobnosť Salazara, na post premiéra tieto problémy ešte zhoršil a režim oslabil.

Situácia v kolóniách bola neudržateľná, vojna vyčerpávala krajinu po materiálnej aj mentálnej stránke. Zo strany ostatných krajín, aj medzinárodných organizácií, silneli tlaky na dekolonizáciu afrických území. Portugalská stratégia navyše nebola veľmi dobre zvolená, bolo jasné, že táto gerilová vojna sa nedá vyhrať, no napriek tomu režim nepripúšťal politické riešenie.

Menované faktory sa odrazili aj na situácií v portugalských Ozbrojených silách, vnútri ktorých sa začali vytvárať rôzne hnutia kritizujúce diktatúru a zámorskú politiku. Najdôležitejším z nich bolo Hnutie kapitánov (neskôr premenované na Hnutie ozbrojených síl – MFA), ktoré vzniklo ako reakcia na dekréty 353/73 a 409/73. Pôvodne riešilo čisto pracovné otázky, ale postupne sa politizovalo a nakoniec stálo dňa 25. apríla 1974 za zrodom demokratického Portugalska zorganizovaním a vykonaním štátneho prevratu.

Anotácia

Meno a priezvisko autora: Juliána Zmetáková

Názov fakulty a katedry: Filozofická fakulta, Katedra romanistiky

Názov bakalárskej práce: Razões da eclosão da Revolução dos Cravos no dia 25 de Abril de 1974

Vedúci bakalárskej práce: Mgr. Petra Svobodová, PhD.

Počet znakov: 100 031 (85 090 bez medzier)

Počet príloh: 0

Počet titulov literatúry a internetových zdrojov: 39

Kľúčové slová: karafiátová revolúcia, 25. apríl 1974, Estado novo, Salazar, Caetano, koloniálna vojna, dekolonizácia, Guiné-Bissau, Angola, Mozambik, Hnutie kapitánov, Hnutie ozbrojených síl, dekréty 353/73 a 409/73

Abstrakt: Bakalárska práca sa zaoberá príčinami vypuknutia portugalskej Karafiátovej revolúcie v roku 1974. Najskôr rieši spoločensko-politickú situáciu v krajine v predrevolučnom období. V ďalšej časti pojednáva o koloniálnej vojne v Angole, Mozambiku a Guiné-Bissau s dôrazom na neudržateľnosť vojnovnej situácie. Posledná časť sa venuje situácií vnútri portugalských Ozbrojených síl a jednotlivým hnutiam, ktoré v ich prostredí vznikali. Najdôležitejšie z nich bolo Hnutie kapitánov, ktoré pripravilo a zrealizovalo štátny prevrat známy ako Karafiátová revolúcia.

Bibliografia

Cervelló, Josep Sánchez. *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1993.

Eliade, Mircea. *Salazar e a revolução em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos Editores, 2011.

Klíma, Jan. *Dějiny Portugalska*. Praha: Nakladatelství Lidové Noviny, 2007.

Mattoso, José. *História de Portugal. Sétimo volume. O Estado Novo. Coordenação de Fernando Rosas*. Lisboa: Editorial Estampa.

Mattoso, José. *História de Portugal. Oitavo volume. Portugal em Transe. Coordenação de José Medeiros Ferreira*. Lisboa: Editorial Estampa.

Maxwell, Kenneth. *A construção da democracia em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Medina, João. *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora : Ediclube, 2004.

Melo de Carvalho, Luís Pedro. *O Movimento dos Capitães, O MFA e o 25 de Abril: do marcelismo à queda do Estado novo*. Lisboa : Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 2009.

Oliveira Marques, A.H. de. *História de Portugal Contemporâneo. Economia e Sociedade*. Lisboa : Universidade Aberta, 1993.

Saraiva, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Mem Martins : Publicações Europa – América, 2007.

Wery, Max. *E Assim Murcharam Os Cravos*. Lisboa: Editorial Fragmentos, 1994.

A Revolução das Flores. Do 25 Abril ao governo provisório. Lisboa: Editorial Aster, 1975.

Aires Oliveira, Pedro. *Adrien Hastings e Portugal: Wiriyamu e outras polémicas*. (http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/4527/1/LS_S2_19-20_PedroAOliveira.pdf), consult. em 5.2.2013

Áurea, Adão. *E educação nos artigos do jornal durante o Estado Novo (1945-1969). A ação da Censua*. Lisboa: Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, 2012. (<http://www.ie.ul.pt/pls/portal/docs/1/342639.PDF>); consult. em 23-2-2013

Couto, Mia. *Thirty years ago they smiled. Carnation revolution*. (<http://mondediplo.com/2004/04/15mozambique>); consult. em 10.3.2013

De Moraes, Abel Coelho. «O ano em que África gritou "liberdade".» *Diário de notícias*. (http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1465576&seccao=%C1frica&page=-1); consult. em 13.5.2013.

Ferreira, Ana Sofia. *As eleições no Estado Novo. As eleições presidenciais de 1949 e 1958*. (<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3412.pdf>), consult. em 5.2.2013

Gonçalves Martins, Manuel. *O Estado Novo e a Igreja Católica em Portugal (1933-1974)*. IV Congresso português de sociologia. (http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR462e076ebe701_1.PDF) ; consult. em 5.2.2013.

Lains, Pedro. «O estado e a industrialização em Portugal, 1945 – 1990» *Análise social*, 1994. (http://pedrolains.typepad.com/pedrolains/files/lains_1994.pdf) ; consult. em 22.2.2013

Lourenço, Vasco. *I Congresso dos Combatentes do Ultramar*. (<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=&c2=&glossario=Congresso%20dos%20Combatentes>) ; consult. em 12.6.2013.

Lourenço, Vasco. *Publicação do Decreto-Lei 353/73*. (<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=14&c2=13&glossario=Decreto-Lei%20353/73>) ; consult. em 12.6.2013.

Lourenço, Vasco. *Publicação do Decreto-Lei 409/73*.

(<http://www.25abril.org/index.php?content=1&c1=13&c2=2&glossario=Decreto-Lei%20409/73>) ; consult. em 12.6.2013.

Marchi, Riccardo. «A direita radical na Universidade de Coimbra (1945-1974)» *Análise social*, vol. XLIII, 2008. (<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aso/n188/n188a04.pdf>) ; consult. em 22.2.2013.

Meneses, Maria Paula G. *O 'indígena' africano e o colono 'europeu': A construção da diferença por processos legais*. (http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/693_04%2520-%2520Paula%2520Meneses%252023_06.pdf); consult. em 13.5.2013.

Pe Abel Varzim e outros. *As relações entre a Igreja e o Estado e a liberdade dos católicos, Documento divulgado em Fevereiro de 1959*.

(http://www.forumavarzim.org.pt/site/index.php?option=com_content&view=article&id=108:igrejaestadoliberdaqde&catid=38:preservar-a-memoria&Itemid=100015); Consult. em 23.2.2013.

Ribeiro, J. Cadima. *Economia portuguesa. Os planos de fomento*. 2006 (<http://economiaportuguesa.blogspot.sk/2006/11/os-planos-de-fomento.html>); consult. em 4.2.2013.

Soares Barata, Óscar. «Demografia e evolução social em Portugal» *Análise social*, 1985. (<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223479934M1mEP0fk2Qc02IF3.pdf>) ; consult. em 22.2.2013.

Sousa, Alfredo de. «Os anos 60 da nossa economia». *Análise social*, 1995. (<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223385023B5hFA2jw8If87AH1.pdf>) ; consult. em 4.2.2013.

Telo, António José. *A obra financeira de Salazar: a «ditadura financeira» como caminho para unidade política, 1928 – 1932.*

(<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377734G3mJR3zd6Ys20EZ2.pdf>); consult. em 1.2.2013.

Thomaz, Omar Ribeiro. "*O bom povo português*": *Usos e costumes d'aquém e d'além-mar.* Mana vol.7 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2001.

(http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132001000100004); consult. em 13.5.2013.

As Décadas do «Avante!» (<http://www.pcp.pt/partido/anos/avante.html>); consult. em 13.5.2013.

Crises Académicas nos Anos 60. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. Consult. em 5.2.2013.

Cronologia. Cronologia nacional. Política colonial. (<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=18&category=7&dateBegin=1970&dateEnd=1974>); consult. em 14.5.2013.

Guerra Colonial. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. ([http://www.infopedia.pt/\\$guerra-colonial](http://www.infopedia.pt/$guerra-colonial)); consult. em 13.5.2013.

História do Jornal (<http://www.eusou.com/republica/hist.html>); consult. em 13.5.2013.

Libertação de África - OUA (<http://www.guerracolonial.org/index.php?content=127>); consult. em 13.5.2013.

O Jornal "Portugal Democrático" faz agora parte do Arquivo Nacional da Torre do Tombo(http://www.emigracao.pcp.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=277&Itemid=37); consult. em 13.5.2013.

O Estado Novo e a Questão Colonial. (http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/17128/17128_3.PDF); consult. em 13.5.2013.

Seara Nova. Infopédia [Em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2013. ([http://www.infopedia.pt/\\$seara-nova](http://www.infopedia.pt/$seara-nova)); consult. em 13.5.2013.